



O PROTESTANTISMO E A PALAVRA IMPRESSA: ENSAIOS INTRODUTÓRIOS

THE PROTESTANTISM AND THE WORD PRINTED: INTRODUCTORY ESSAYS

Hermisten Maia Pereira da Costa

Mestre e doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp).
Diretor da Escola Superior de Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Docente dos Cursos
de Pós-Graduação em Ciências da Religião e de Bacharelado em Teologia, e do Seminário Presbiteriano
Reverendo José Manoel da Conceição.

E-mail: *hermisten@terra.com.br*

RESUMO

Neste primeiro artigo, Parte I (de 3 partes), Costa descreve o surgimento da imprensa com tipos móveis e como essa invenção foi de suma importância para o humanismo renascentista e para a Reforma Protestante. Com diversos dados estimativos, aponta-se aqui como a imprensa se difundiu especialmente na Europa, já no século XV, com um aumento considerável de impressão de livros, ainda que predominantemente sobre temas religiosos e escritos em latim. Sem a pretensão falaciosa de que sem a tipografia não haveria Reforma, este texto demonstra como Lutero e Calvino tiveram as suas obras popularizadas, em parte, graças à mais ampla e eficaz divulgação que esta nova forma de impressão possibilitou. Concomitantemente, analisa como o princípio protestante do “livre exame” estimulou a publicação de bíblias, especialmente nos países alcançados pela Reforma. Com a proibição do ingresso de “livros hereges” em nosso país, o autor descreve como alguns livros, inclusive a Bíblia, conseguiam entrar no território nacional a despeito de ostensiva vigilância.

PALAVRAS-CHAVE

Tipografia; Humanismo renascentista; Reforma Protestante; Livros; Bíblias.

ABSTRACT

In this first article, Part I (of 3 parts) Costa describes the appearing of movable type printing and how this invention was very important to the Renaissance Humanism and to the Protestant Reformation. He describes with several estimative data how it spread in Europe in the XV century with a considerable rise of book printing, specially religious themes written in Latin. Apart of fallacious intend that there would not have Reformation without typography, Costa shows how Luther and Calvin had his works popularized due to that.

At the same time, he analyses how the protestant principle of “free examination” encouraged Bible publication, specially in the reformed countries. With the prohibition to the “heretic books” in our country, Costa describes how some books, including Bible, could get in despite the hard surveillance.

KEYWORDS

Typography; Renaissance-humanism; Protestant Reformation; Books; Bibles.

1. INTRODUÇÃO

Como sabemos, o alemão Johannes Gensfleisch (“carne de ganso”) (c. 1397-1468), apelidado de Gutenberg em razão do nome da casa de sua família, é considerado o “pai da imprensa”. Gutenberg era natural de Mogúncia, proveniente de uma família nobre, a qual, por causa de uma revolta popular, teve de se exilar em Estrasburgo, por volta de 1430.

Na realidade, a imprensa já era conhecida bem antes do nascimento de seu “pai”. Gutenberg era um bom xilógrafo, que começou sua experiência com madeira, depois tentou usar chumbo, por ser material mais resistente. Faltava-lhe, entretanto, a liga de antimônio e estanho, a fim de obter a consistência necessária para imprimir sem marcar o papel.

A novidade de Gutenberg consistiu nos tipos móveis (tipografia)¹, fabricados de metal, por meio de punções, matrizes e molde, elementos que caracterizavam a verdadeira tipografia, além da descoberta especial de chumbo, estanho e antimônio, conhecido depois como metal-tipo.

O ano de 1440 foi tradicional e arbitrariamente considerado a data da invenção da imprensa². Tradicionalmente³, o

¹ Os chineses também se antecederam a Gutenberg na criação de tipos móveis, todavia, ao que parece, eles teriam caído em desuso por não serem apropriados para a impressão do chinês, com a sua infinidade de caracteres distintos (MCMURTRIE, 1982, p. 109).

² “A mais antiga data, porém, que pode ser atribuída, com toda confiança, a qualquer livro feito a partir de gravuras, é a de 1440. Esta pequena obra, conhecida por *Spirituale Pomerium* [*Recanto espiritual*], consiste em doze gravações em madeira impressas como gravuras e acompanhadas de texto manuscrito; é portanto indicativo de uma fase muito primitiva do livro de gravuras” (USHER, 1973, p. 48-49).

³ O primeiro livro datado, impresso provavelmente por Gutenberg e seus auxiliares, foi o Saltério, o qual em sua última página contém os seguintes dizeres, em latim: “O presente volume dos salmos,

primeiro livro impresso por Gutenberg foi a Bíblia, em 1454. Antes dela, ele apenas imprimira folhetos e folhas avulsas.

A Bíblia impressa por Gutenberg, Johann Fust (c. 1400-1466) e Peter Schoeffer (1425-1503) ficou conhecida como a Bíblia de 42 linhas, isso porque a sua maior parte foi impressa em 42 linhas por página. Gutenberg começou a sua impressão com 40 linhas, todavia, procurando baratear os custos da edição, passou a compô-la com duas linhas a mais. Ela foi composta e impressa em dois volumes, em língua latina, contendo duas colunas por página, perfazendo um total de 1.281 páginas. A sua tiragem foi de 100 exemplares. Ela apresentava caracteres góticos esbeltos (chamados de “gótico missal”), relativamente grandes, semelhantes aos da caligrafia da época, e tornou-se notável por seu excelente aspecto gráfico. Calcula-se que foram usadas nessa obra 290 peças, entre letras comuns, abreviaturas, cifras e ligações.

Atribui-se também a Gutenberg a edição de outra Bíblia latina, conhecida como “Bíblia de 36 linhas” impressa em 1461, da qual restam alguns exemplares.

2. A RELEVÂNCIA DA TIPOGRAFIA PARA O HUMANISMO RENASCENTISTA

Chegando a noite, de volta a casa, entro no meu escritório: e na porta dispo as minhas roupas cotidianas, sujas de barro e de lama, e visto as roupas de corte ou de cerimônia, e, vestido decentemente, penetro na antiga convivência dos grandes homens do passado; por eles acolhido com bondade, nutro-me daquele alimento que é o único que me é apropriado e para o qual nasci. Não me envergonho de falar com eles, e lhes pergunto da razão das suas ações, e eles humanamente me respondem; e não sinto durante quatro horas aborrecimento algum, esqueço todos os desgostos, não temo a pobreza, não me perturba a morte: transfundo-me neles por completo (MAQUIAVEL, 1973, p. 119).

adornado com lindas letras maiúsculas e com rubricas realçadas, foi feito pela engenhosa invenção da imprensa e estampagem sem intervenção da pena e diligentemente concluído para o culto a Deus por Johann Fust, cidadão de Mogúncia, e Peter Schoeffer de Gernsheim, no ano do Senhor de 1457, na véspera da festa da Assunção [14 de agosto]” (MCMURTRIE, 1982, p. 174; MAN, 2004, p. 199).

A impressão de livros foi de fundamental importância para o humanismo renascentista. A imprensa foi a satisfação de uma necessidade vital. Aliás, como não poderia deixar de ser, a imprensa não teria tanto sucesso se não houvesse um público carente do seu produto e disposto a adquiri-lo.

Certamente, com uma dose de exagero, comenta Sichel (1977, p. 11-12):

O Renascimento nunca poderia ter sido o verdadeiro Renascimento, a difusão da cultura entre a multidão, se esse entusiasmo não tivesse surgido simultaneamente com o meio de difundir-lo. Até parece, na verdade, que o próprio entusiasmo produziu a invenção da imprensa, assim como uma corrente poderosa força uma passagem. Numa época em que a disseminação da literatura dependia de copistas de manuscritos⁴, mesmo que houvesse centenas deles, as idéias estavam fadadas a permanecer em posse da minoria [...]. É sempre uma questão interessante a de que os homens produzem os movimentos, ou os movimentos produzem os homens⁵.

Dessa forma, após a invenção da imprensa, iniciou-se um processo efetivo de confecção de livros para os estudantes, rompendo, aos poucos, com o monopólio intelectual do clero e a transmissão oral do saber, que caracterizou bem a Idade Média: “A imprensa foi o fator fundamental para a promoção da democracia na área cultural” (NUNES, 1980, p. 21) e “a linha divisória entre as tecnologias medieval e moderna” (USHER, 1973, p. 45). Sem dúvida, não deixa de ter razão Bacon (1973, p. 94) ao afirmar:

Vale também recordar a força, a virtude e as conseqüências das coisas descobertas, o que em nada é tão manifesto quanto naquelas três descobertas que eram desconhecidas dos antigos e

⁴ A tarefa dos copistas era extremamente árdua, levando-os sistematicamente a concluir o seu trabalho com um desabafo, que ficava registrado no livro copiado, como este: “Quem não sabe escrever julga que isso não é trabalho” (SARAIVA, 1950, p. 77; LE GOFF, 2002, p. 567).

⁵ Não deixa de ser oportuno lembrar a observação de Febvre e Martin (1992, p. 409) de que um livro sozinho talvez nunca convença ninguém; ele é apenas a prova material de conceitos, por isso, não se deve exagerar a importância do livro no surgimento e na difusão da Reforma (cf. também BRIGGS; BURKE, 2004, p. 86).

cujas origens, embora recentes, são obscuras e inglórias. Referimo-nos à arte da imprensa, à pólvora e à agulha de marear [bússola]. Efetivamente essas três descobertas mudaram o aspecto e o estado das coisas em todo o mundo: a primeira nas letras, a segunda na arte militar e a terceira na navegação.

Retornando à imprensa, deve ser observado que a maioria dos livros publicados era de autores antigos que eram tidos explícita ou veladamente como o modelo do saber. Dessa forma, a transformação no campo cultural será rápida e gradual.

Assim, entre 1450 e 1500, estima-se que foram feitas de 35 a 40 mil edições na Europa, representando 15 a 20 milhões de exemplares. Nesse período, há registro de 1.125 estabelecimentos impressores em 259⁶ cidades européias⁷. Destas obras impressas, 77% eram em latim⁸, 10% em italiano⁹, 6% em alemão, 5% em francês, 2% em inglês e 1% em holandês e espanhol. Os livros religiosos alcançaram o total de 40%-45%, as obras clássicas 30%, as de Direito 10% e as de Ciência 10%¹⁰. Outros dados apontam para o fato de que, entre 1445 e 1520, 75% das obras impressas eram religiosas (DELUMEAU, 1989,

⁶ Esses números são estimativos. Febvre e Martin (1992, p. 273) afirmam que “236 localidades pelo menos viram pelos funcionar”. Esse movimento longe de diminuir continua incrementado no século XVI.

⁷ Esse número tendeu a aumentar; calculando-se por baixo, acredita-se que no século XVI foram impressos entre 150 e 200 milhões de exemplares.

⁸ A Itália era campeã em publicação de livros em latim, 82,5%, seguida de perto pela Alemanha (80,3%) e França (71%) e, mais distantemente, pela Espanha (48%) e Inglaterra (45%) (cf. ESCOLAR, 1988, p. 365). Contudo, no século XVI, especialmente a partir de 1530, o latim foi perdendo terreno para as línguas nacionais (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 448 et seq.). Burke (1997, p. 19) observa que “o latim era a língua não só da Igreja, mas também do direito e de boa parcela da administração pública. A alternativa a ele não era o italiano, mas sim os dialetos. Embora o toscano estivesse ampliando seu espaço no início do período moderno no domínio da literatura, ele ainda não havia invadido os domínios dos negócios, da política e da Igreja, muito menos a privacidade da família”.

⁹ É interessante notar que um dos agravantes na condenação de Galileu Galilei (1633) é que ele, além de seguir a hipótese copernicana, escrevia em italiano. Diziam os acusadores: “A língua [...] mais indicada para arrastar para o seu lado o povo ignorante no meio do qual o erro tem mais aceitação” (apud ROSSI, 2001, p. 183).

¹⁰ Christopher Hill (1992, p. 28) mostra a primazia dos livros científicos publicados na Inglaterra e que 90% deles eram escritos em inglês, e conclui: “Com a duvidosa exceção da Itália, nenhum país apresenta uma proporção tão alta de livros científicos em vernáculo nesse período [1475-1640]”.

p. 77)¹¹. Referindo-se à Itália dos séculos XVI e XVII, Burke (1997, p. 37) diz que é “no domínio da política [...] que se pode encontrar a verdadeira invasão de material impresso”.

A partir de 1460, a imprensa difundiu-se com relativa rapidez, já tendo alcançado em 1470 as cidades alemãs de Bamberg (c. 1460), Estrasburgo (c. 1460), Colônia (1466) – então a maior cidade da Alemanha que já dispunha de uma Universidade desde 1388 (VERGER, 2002, p. 587) –, Augsburg (1468) e Nuremberg (1470). Em 1480, 23 cidades alemãs possuíam oficinas impressoras. Antes de 1500, esse número tinha sido ampliado para 60 cidades (ESCOLAR, 1988, p. 316-317). Todavia, a expansão da imprensa não era apenas na Alemanha. Vamos encontrá-la na Itália (1462-1465)¹², Boêmia (1468), França (1470) – a primeira obra impressa na França foi a correspondência latina de Gasparino Barzizi, *Epistolarum Liber*¹³ –, Holanda (1469-1470)¹⁴, Espanha¹⁵, Bélgica

¹¹ Consta que no século XV foram feitas 133 edições da Vulgata (NEW, 1969, p. 106).

¹² Quanto à discussão a respeito da data, ver Nunes (1980, p. 21-22). Burke (1997, p. 17, 35), Febvre e Martin (1992, p. 267, 271) e Escolar (1988, p. 318 et seq.). No final do século XV, não menos de 73 cidades italianas dispunham de impressoras (SARAIVA, 1950, p. 115). O problema de datar com precisão a introdução da imprensa nos diversos países se deve a três fatores especiais: 1. em alguns casos, à não-existência de nenhum exemplar da suposta primeira obra; 2. à ausência de datas e nomes dos impressores em algumas dessas obras; 3. e ao fato de algumas obras serem atribuídas a outras cidades, a fim de seus editores escaparem da perseguição movida pelas autoridades.

¹³ A imprensa se estabelece em Paris em 1470 (LAFAYE, 2002, p. 27). A primeira Bíblia impressa na França se deu em 1476, pelos tipógrafos alemães radicados em Paris, Ulrich Gering, Michael de Friburgo e Martin Crantz (MCMURTRIE, 1982, p. 209, 211). A imprensa proliferou na França nos últimos vinte anos do século XV; em 1480 só havia impressoras em nove cidades; em 1500 atingiu 40 cidades, continuando no século XVI seu progresso, ainda que algumas tipografias tivessem uma duração efêmera.

¹⁴ Ou em 1473 (cf. MCMURTRIE, 1982, p. 195- 212). Em 1523, foi publicado o primeiro Novo Testamento em holandês (cf. Cairns, 1984, p. 263).

¹⁵ Há uma variedade de obras candidatas à primeira a ser impressa em território espanhol (ESCOLAR, 1988, p. 329 et seq.). “A característica desta primitiva imprensa espanhola foi o emprego em larga escala da língua hebraica; os judeus espanhóis, apesar da Inquisição, foram fator de relevo na divulgação desta arte naquele país, publicando não só obras em hebreu, mas também muitos textos cristãos” (MCMURTRIE, 1982, p. 214). Logo, a Igreja romana iria dar o primeiro sinal de alarme contra as publicações indiscriminadas. Assim, “em 1501 o papa Alexandre VI [1492-1503] exigia que os príncipes cristãos instituíssem um sistema de autorização de trabalhos tipográficos, e para isso uma Real Pragmática foi prontamente baixada (julho de 1502) em Castela, vizinha de Portugal” (HALLEWELL, 1985, p. 3).

(1473), Hungria (1473), Polônia (1474-1475), Inglaterra (1477), Suíça (1478)¹⁶, Áustria e Dinamarca (1482), Suécia (1483), Portugal (1487)¹⁷, Turquia (1494), México (1539) e Índia (1557). Com exceção da Rússia, que teve a sua primeira impressora apenas em 1563¹⁸, toda a Europa a possuiu no século XV¹⁹, Seguindo Chaunu (1993, p. 29), que sustenta que o humanismo desenvolveu-se nas cidades mais povoadas, “em 1480, nos 550.000 km² desta forma delimitados, estão concentrados 80 por cento da produção do livro impresso”.

Na América, a tipografia surgiu pela primeira vez no México (1539), em virtude de Carlos V, da Espanha, haver autorizado o bispo Juan Zumarraga (1468-1548) a instalar uma oficina na terra recém-descoberta. O Peru foi o segundo país americano a possuir tipografia (1579).

¹⁶ A impressão foi feita em Genebra. A primeira obra impressa na Suíça deu-se em Basileia (1466-1468); todavia, devemos nos lembrar de que no século XV Basileia estava sob o domínio alemão (ver ESCOLAR, 1988, p. 314, 327; FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 267; BRIGGS; BURKE, 2004, p. 26).

¹⁷ No caso de Portugal, temos um problema de data. António Mendes Correia (LEÃO, 1960, p. 727-728) afirma que, por volta de 1465, os impressores Emanuel Semons, nuremberguês, e Christophe Soll, de Altdorf, foram para Portugal, onde imprimiram livros para o prior do Convento de Santa Cruz, “cujo Colégio constituía naquele tempo o mais alto Instituto de ensino em Portugal, superior em categoria à própria universidade de Lisboa: então bastante desacreditada”. No entanto, Escolar (1988, p. 329), McMurtrie (1982, p. 216-217), Hallewell (1985, p. 1-2) e Saraiva, (1950, v. 2, p. 124-125) descartam essa hipótese, alegando falta de base documental. Segundo esses autores, a primeira obra impressa em Portugal com tipo móvel foi o Pentateuco em hebraico, editado em 30 de junho de 1487, na cidade de Faro, pelo tipógrafo judeu Samuel Porteira e seu filho Davi. Ao que parece, a primeira imprensa a editar obra vernácula em Portugal foi fundada em Braga pelo impressor alemão itinerante João de Gherlinc (dezembro de 1494) e, depois, em Lisboa por Valentim Fernandes da Morávia e Nicolau da Saxônia; o seu primeiro trabalho foi a *Vita Christi*, de Ludolfo da Saxônia († 1378), em 4 volumes – que fora traduzido do latim em 1445, pelo frei Bernardo de Alcobaça e posteriormente revisado pelos padres da ordem de São Francisco de Emxobregas –, publicada em 1495 por ordem da rainha D. Leonor (cf. HALLEWELL, 1985, p. 2-3; LELLO; LELLO, s. d., v. 1, p. 1270; MCMURTRIE, 1982, p. 216; SARAIVA, 1950, v. 2, p. 124 et seq.; DESLANDES, 1988, p. 25-26). Apenas como curiosidade, cito que a “conversão” de Iñigo Lopez de Loyola (1491-1556) – futuro fundador da Companhia de Jesus (27.9.1540) –, em 1522, deu-se por intermédio da leitura dessa obra (cf. MULLETT, 1985, p. 36). Quanto à tentativa da rainha D. Leonor de divulgar a Bíblia em Portugal, ver Schalkwijk (1986, p. 13-14). A difusão da imprensa foi lenta em Portugal; alistam-se 1.312 edições publicadas no século XVI (cf. SARAIVA, 1950, v. 2, p. 128).

¹⁸ O primeiro livro datado é dessa época (*Apóstolo*). No entanto, Febvre e Martin (1992, p. 299) dizem que podemos recuar a data até 1553 se considerarmos edições anônimas não datadas.

¹⁹ Ver detalhes em Briggs e Burke (2004, p. 26).

3. A REFORMA E A TIPOGRAFIA: RELAÇÃO FUNDAMENTAL

A Reforma teve como objetivo precípua uma volta às Sagradas Escrituras, a fim de reformar a Igreja que havia caído ao longo dos séculos, numa decadência teológica, moral e espiritual. A preocupação dos reformadores era principalmente a reforma da vida em todas as suas facetas à luz da Palavra de Deus (BROWN, 1983, p. 36; BIÉLER, 1999, p. 56-57). Dessa forma, a partir da Palavra, passaram a pensar acerca de Deus, do homem e do mundo!

O princípio protestante do “livre exame” caminhava na mesma direção do espírito humanista de rejeição a qualquer autoridade externa²⁰: as coisas são o que são porque são, não porque outros dizem que elas sejam. Isso é válido tanto para as verdades científicas como para as verdades teológicas: não é a Igreja que autentica a Palavra por sua interpretação “oficial”, mas, sim, é a Bíblia que se autentica a Si mesma como Palavra autoritativa de Deus e, é Ele mesmo Quem nos ilumina para que possamos interpretá-la corretamente. Na Reforma, “a Palavra de Deus era a única autoridade, e a salvação tinha como base única a obra definitiva do Senhor Jesus Cristo, consumada na cruz” (SCHAEFFER, 1982, p. 10).

A questão da interpretação bíblica sempre foi o ponto nevrálgico em toda a história da teologia²¹. Na Reforma, deu-se uma mudança de quadro de referência. Por isso, podemos falar desse movimento como tendo um de seus pilares fundamentais a questão hermenêutica (DOWEY JR., 1999, p. 13; LOPES, 2004, p. 159). O “eixo hermenêutico” desloca-se da

²⁰ Segundo Lacouture (1994, v. 1, p. 389), no século XVI “o livre exame avança nas consciências, em todas as consciências”. As conseqüências desse espírito são incalculáveis na formação e transformação de uma cultura. “Ao proclamar, no domínio religioso, o princípio do exame livre [sic] a Reforma atçou as aspirações à liberdade política. Não é possível limitar esse princípio. Se é proclamado num setor, acaba sempre por transbordar para outro. De fato, muitos protestantes compreenderam muito cedo as conclusões políticas do princípio da liberdade do exame” (BRUCKBERGER, 1960, p. 30). “Por toda parte nos países protestantes, o exercício do sacerdócio universal dos crentes na Igreja preparara-os para a prática da democracia na vida política, na atividade parlamentar” (BIÉLER, 1999, p. 95).

²¹ “Em certo sentido, a história da teologia cristã pode ser entendida como a história da interpretação bíblica” (MCGRATH, 2005, p. 15).

tradição da Igreja para a compreensão pessoal da Palavra, contudo sem desprezar aquela. Há aqui uma mudança de critério de verdade que determina toda a diferença. No entanto, conforme acentua Popkin (2000, p. 26), Lutero inicialmente confrontou a Igreja sob a perspectiva da própria tradição desta, somente mais tarde é que ele

[...] deu um passo crítico que foi negar a regra de fé da Igreja, apresentando um critério de conhecimento religioso totalmente diferente. Foi neste período que ele deixou de ser apenas mais um reformador atacando os abusos e a corrupção de uma burocracia decadente, para tornar-se o líder de uma revolta intelectual que viria a abalar os próprios fundamentos da civilização ocidental.

Partindo desses princípios, a Reforma, aonde quer que chegasse, se preocupava em colocar a Bíblia na língua do povo – e nesse particular a tipografia foi fundamental para a Reforma –, a fim de que todos tivessem acesso à Sua leitura – sendo o “reavivamento” da pregação da Palavra um dos marcos fundamentais da Reforma: “A divulgação da Bíblia na língua vernácula dos povos foi o centro do movimento em todos os países da Europa” (SCHALKWIJK, 1986, p. 22-23, 227-228). Os reformadores criam que, se as Escrituras estivessem numa língua acessível aos povos, todos os que quisessem poderiam ouvir a voz de Deus e todos os crentes teriam acesso à presença de Deus. Portanto, “para eles, as Escrituras eram mais uma revelação pessoal que dogmática” (LINDSAY, 1985, p. 475). Calvino (1985, I.7.4), por exemplo, entendia que as Escrituras eram tão superiores aos outros escritos que, “Logo, se lhes volvemos olhos puros e sentidos íntegros, de pronto se nos antolhará a majestade de Deus, que, subjugada nossa ousadia de contraditá-la, nos compele a obedecer-lhe”. Contudo, os reformadores esbarraram num problema estrutural: o analfabetismo generalizado entre as massas.

É digno de nota que, antes mesmo de o humanista Erasmo de Roterdã (1466-1536) editar o Novo Testamento Grego (1516) e de Lutero afixar as suas 95 teses às portas da catedral de Wittenberg (31.10.1517), já se tornara visível o esforço por colocar a Bíblia no idioma nativo de cada povo. John Wycliffe (c. 1320-1384), Nicholas de Hereford († c. 1420) e John Purvey (c. 1353-1428) traduziram a Bíblia para o inglês em 1382-

1384. Coube a Nicholas a tradução da maior parte do Antigo Testamento. Essa tradução que incluía os apócrifos foi feita diretamente da Vulgata, sem consultar os originais hebraicos e gregos.

Outro ponto que deve ser realçado a esse respeito é que quanto mais os tempos se avizinhavam do século XVI, verifica-se um desejo mais intenso de ler as Escrituras. Como reflexo disso, “de 1457 a 1517 são publicadas mais de quatrocentas edições da Bíblia” (BIÉLER, 1990, p. 44).

Lutero traduziu a Bíblia para o alemão, concluindo o seu trabalho em outubro de 1534. A sua tradução é uma obra primorosa, sendo considerada o marco inicial da literatura alemã (COSTA, 2004, p. 82-84). Febvre (1992, p. 187) diz de forma poética que o trabalho de Lutero consistiu

[...] numa assombrosa ressurreição da Palavra. Estando o mais distante possível de uma fria exposição, de um labor didático de um filólogo. Também, é mais do que um “trabalho de artista” em busca de um estilo pessoal. É o esforço, sem dúvida dramático, feliz, de um pregador que quer convencer; ou melhor, de um médico que quer curar, trazer aos seus irmãos, os homens, todos os homens, o remédio milagroso que acaba de curá-lo [...].

Os três mil exemplares da primeira edição logo se esgotaram, e, em poucos anos, diversas edições já tinham sido publicadas em várias cidades da Europa. Entre 1522 e 1524, foram feitas 14 reimpressões do Novo Testamento em Wittenberg e 66 outras em Augsburg, Basileia, Estrasburgo e Leipzig; em Basileia, Adam Petri publica 7 reimpressões. Calcula-se que durante a vida de Lutero foram feitas 11 edições, 84 impressões originais e 253 baseadas nelas. Escolar (1988, p. 390) menciona 400 edições. “A quantidade de obras de Lutero que foram vendidas geraria inveja em nossos modernos escritores de romances populares” (HILL, 2003, p. 32). Como é sabido, havia outras traduções do Novo Testamento na língua alemã anteriores à de Lutero, acontece que a sua linguagem era muito imperfeita, sendo inadequada para a leitura do povo; por sua vez, as bíblias utilizadas nas igrejas eram latinas e custavam 360 florins; as mais elaboradas chegavam a custar 500 tálares. O Novo Testamento traduzido por Lutero foi vendido por apenas 1 ½ florim (aproximadamente três francos). Lutero,

auxiliado por Melanchthon (1497-1560) e outros eruditos, revisou continuamente a sua tradução, permanecendo nesse labor até o dia da sua morte: “A última página impressa que passou a vista foi a prova da última revisão” (BAINTON, 1989, p. 368). Essa última edição (1545) é considerada a mais importante. A divulgação de sua obra foi extensa.

A primeira edição completa da Bíblia foi de 4.000 exemplares. Johann Cocleau (Cochlaeus) (1479-1552), doutor em Teologia (1517), violento adversário de Lutero e da Reforma, admitiu:

O Novo Testamento de Lutero foi divulgado de tal forma, que também alfaiates e sapateiros, sim, até mulheres e crianças que mal haviam aprendido a ler algumas poucas palavras nas embalagens de um bolo de mel, o liam com grande avidez dentro de suas naturais limitações. Alguns o carregavam consigo por onde andavam e, na medida do possível, o aprendiam de cor. Destarte, eles conseguiam em poucos meses, capacitar-se a discutir, sem constrangimento, com padres e monges aspectos da fé e do evangelho. Sim, houve também o caso de mulheres humildes que tiveram a ousadia de discutir temas religiosos com doutores e homens letrados. Acontecia mesmo, nessas discussões, que leigos luteranos mostravam mais facilidade para citar passagens bíblicas de improviso que muitos monges e sacerdotes (apud JUST, 1983, p. 114; ATKINSON, 1987, p. 255).

Hans Lufft (1495-1584), durante quarenta anos (1534-1574), chegou a imprimir 100.000 exemplares da Bíblia traduzida por Lutero e, entre 1546 e 1580, publicou 37 edições do Antigo Testamento (ESCOLAR, 1988, p. 390; FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 417). Febvre e Martin (1992, p. 417) afirmam que juntando as obras de Lutero – ainda mais populares do que a sua tradução da Bíblia – “constatamos que, pela primeira vez, constituiu-se então uma literatura de massa, destinada e acessível a todos” (cf. também BIÉLER, 1999, p. 118). Estima-se que as obras de Lutero, em suas respectivas primeiras edições, tenham se esgotado em sete a oito semanas.

Além da sua prodigalidade em números de escritos, Lutero é um sucesso de venda (muitas de suas obras são reeditadas inúmeras vezes num pequeno espaço de tempo). Mesmo amparando-se em dados “imprecisos”, estima-se que em 1518

a Alemanha tenha publicado 71 obras, sendo 20 de Lutero; em 1519, publicou 111, sendo 50 de Lutero; 1520, 280 obras, 133 do reformador e assim por diante. Segundo Lindsay (1985, p. 321), “Quase poderia dizer-se que o movimento da Reforma criou na Alemanha o comércio de livros”.

Calvino (1509-1564) exerceu poderosa influência por meio da palavra falada e escrita; a sua obra *As institutas* – contrariamente à *De Clementia* – tornou-se um sucesso editorial desde o seu lançamento em 1536. Wendel afirma que a primeira edição da *As institutas* esgotou-se em menos de um ano. Segundo Ladurie (1999, p. 152-153, 166), o ponto mais alto da tipografia de Platter-Lasius foi com a obra de Calvino, a qual “projetara Thomas”.

Febvre e Martin (1992, p. 442-443) informam-nos que,

[...] de 1550-1564 [ano da morte de Calvino], serão publicadas 256 edições, das quais 160 em Genebra. A *Institution chrétienne* é, então, sozinha, objeto de 25 reedições, nove latinas e dezesseis francesas das quais a maioria provém dos prelos genebrinos [...].

As institutas, concluída em agosto de 1535, teve a sua primeira edição em março de 1536 (Basileia), na tipografia dos “amigos-inimigos” Thomas Platter e Balthasar Lasius, vulgo “Ruch”. O trabalho tipográfico foi primoroso: “As páginas de sua *Instituição Cristã* e calvinista, de 1536, não amarelaram passadas quinze gerações”, admira-se Ladurie (1999, p. 156). Essa edição original escrita em latim dispunha de 6 capítulos em apenas 520 páginas, com formato aproximado de 15 x 10 – um livro de bolso que facilitava o seu transporte discreto; a última – passando por algumas ampliações, revisões e reorganizações (1536, 1539, 1543 (sem alteração, 1545), 1550 (sem alterações: 1553 e 1554)), até atingir a forma definitiva – publicada em Genebra (1559) na tipografia de Robert Estienne. Esta foi reimpressa duas vezes em 1561. Tive acesso a uma dessas, editada em Genebra por Antonius Rebulins, constando de 980 páginas e mais 67 páginas de índice remissivo (formato: 18 x 11, tipo 8), dividida em 80 capítulos.

Conforme o próprio Calvino, no Prefácio à edição de 1559 (1985, v. 1, p. 45) nos diz, ele só se satisfaz com o arranjo e ordem desta última. A tradução francesa (1541) – que não foi simplesmente uma tradução da edição de 1539, tendo muito

material da edição de 1536 – foi impressa na tipografia de Jean Girard – “uma das glórias da arte impressora do século XVI” (BI-ÉLER, 1999, p. 218) – (ou de Michel du Bois), em Genebra (1541) – essa edição tem um sabor especial, pois, ao que parece, foi traduzida inteiramente por Calvino, não apenas revisada, conforme, ao que parece, aconteceu com as demais traduções francesas –, seguindo-se outras: 1545, 1551 (sem alterações: 1553 e 1554), 1557 e a definitiva: 1560. Objetivando facilitar a difusão da obra de Calvino na França, parte da segunda edição latina (1539) circulou subscrita sob o pseudônimo de Alcuíno, um anagrama do seu próprio nome que possivelmente visava despistar seus inquisidores. Ela exerceria poderosa influência sobre as igrejas da França, tendo o Parlamento francês inclusive interdito a obra e destruído alguns volumes (1542), e a Faculdade de Teologia a incluiu entre os livros censurados (23.6.1545).

Nesse ínterim, Calvino elaborou em francês, durante o inverno de 1536-1537, um Catecismo, não sendo constituído em forma de perguntas e respostas, escrito de modo que julgou acessível a toda Igreja. O seu objetivo era puramente didático. Essa obra foi intitulada *Instrução e Confissão de Fé, segundo o uso da Igreja de Genebra*, sendo traduzida para o latim em 1538. Posteriormente, Calvino a reviu – tornando a sua teologia mais acessível aos seus destinatários: as crianças – e a ampliou consideravelmente, mudando inclusive a sua forma, passando, então, a ser constituída de perguntas e respostas, contendo 373 questões. Essa nova edição foi publicada entre o fim de 1541 e o início de 1542, tornando-se também amplamente difundida. Em 1545, Calvino traduziu o *Catecismo* para o latim, com o propósito de dar um alcance maior aos seus ensinamentos, contribuindo, desse modo, para a maior unidade entre as igrejas reformadas. A partir de 1561, esse Catecismo ganhou maior importância, visto que desde então todo ministro da Igreja deveria jurar fidelidade aos ensinamentos nele expressos e comprometer-se a ensiná-los. Calvino entendia que a Igreja não permaneceria sem o ensino sistemático por meio de Catecismo, o qual deveria ser ministrado às crianças numa linguagem adequada à idade delas. O ensino do Catecismo contribuiria para preservar a unidade da Igreja e prevenir contra a invenção de doutrinas fictícias engendradas por pessoas presunçosas.

Retornando à obra *As Institutas*, devemos enfatizar que, mesmo ela passando por sucessivas edições e ampliações, a realidade é que a sua teologia não mudou. As modificações refletem, na realidade, mais uma preocupação pedagógica do que metodológica e menos ainda teológica. É bom lembrar que toda a sua obra foi produzida não num clima de sossego e paz, numa “torre de marfim”, mas em meio a inúmeros problemas: administrativos, domésticos, financeiros e, principalmente, de saúde.

Nos Estados Unidos, a tipografia só apareceu em 1639. O maquinário tipográfico foi trazido da Inglaterra pelo pastor puritano José Glover [sic] para o colégio que ele, juntamente com outras pessoas, desejava fundar. Glover que já residia na Nova Inglaterra desde 1634-1635 voltara à Inglaterra para adquirir uma máquina tipográfica, papel, tinta e os acessórios necessários para a impressão, com vistas ao estabelecimento do colégio, que receberia o nome de Harvard College (1638). No entanto, ele morreu durante a viagem de volta (talvez de varíola) (1638), contudo o seu projeto foi levado adiante por sua viúva e pelos homens que trouxera consigo com esse fim, o serralheiro Stephen Daye (c. 1594-1668) e seus dois filhos, dos quais um era tipógrafo, Matthew Daye (c. 1619-?).

Os primeiros trabalhos publicados – *Freeman’s Oath (Juramento do homem livre)* (janeiro de 1639) e *An Almanack for 1639, Calculated for New England*, de Mr. William Pierce, Mariner, dos quais não restam exemplares, foram feitos sob os auspícios do Harvard College. O terceiro, do qual restam muitos exemplares, é *The Whole Booke of Psalmes Faithfully Translated Into English Metre*, mais conhecido como *Bay Psalm Book* (1640). A primeira Bíblia impressa naquele país foi em 1663 (Novo Testamento, 1661), por intermédio dos impressores Marmaduke Johnson e Samuel Green (1649-1692). A primeira fábrica de papel foi fundada por William Brad Ford, em 1690, perto de Filadélfia.

4. LIVROS PROIBIDOS NÃO ENTRAM NO BRASIL: UNS SIM, OUTROS NÃO

Difícil exagerar a influência negativa da inquisição sobre a formação de uma teologia livre e viva no Brasil. [...] É fácil imagi-

nar o prejuízo decorrente desta falta de livros, ou melhor, de circulação de livros: não pode haver reflexão propriamente cristã sem espírito crítico, que se propaga pelos escritos. Um cristianismo sem livros se expõe ao perigo de tornar-se um cristianismo divorciado da teologia, um puro moralismo, um puro formalismo, um instrumento nas mãos dos poderosos (HOORNAERT et al., 1983, p. 325-326).

Mesmo havendo uma censura prévia à entrada de livros no Brasil, o fato é que os livros iluministas, de uma forma quase enigmática, também desembarcavam. Aqui vemos de certa forma estampada o liberalismo da elite brasileira acompanhada de parte do clero e o conservadorismo católico.

Hoornaert (1974, p. 20) observa que a ausência de livros em nosso país trouxe graves prejuízos ao cristianismo brasileiro: “O Brasil colonial constituiu praticamente uma civilização sem livro”. A política da ignorância colonial não se restringia à imprensa; adquirir livros importados no Brasil também era praticamente impossível. Segundo o historiador paranaense Rocha Pombo (s. d., p. 126),

Obter um livro, em qualquer ponto da Colonia, era um grande problema: era preciso subtrai-lo à vigilância das autoridades, ou então alcançar uma licença especial para recebê-lo da Europa.

Curiosamente, no Brasil entravam de alguma forma obras “proibidas” de caráter político e filosófico, no entanto não obras religiosas protestantes. Ao que parece, a “profilaxia” católica tinha sido tão bem-feita que nem sequer havia interesse pela literatura religiosa protestante, ainda que as obras de caráter não-religioso, mesmo de autores protestantes, fossem encontradas, por exemplo, na rica e variada biblioteca do cônego de Mariana, Luís Vieira da Silva (1735-?), que dispunha de cerca de 800 volumes e 270 obras, isto em 1789. A biblioteca do cônego – “o mais instruído e eloqüente de todos os conjurados mineiros” – dispunha do *Paráiso perdido* (1665) de John Milton (1608-1674), que fora em 1644 um facundo defensor da liberdade de imprensa; *Novus orbis regionum ac insularum veteribus incognitarum* (1532), obra de compilação das narrativas de diversos viajantes, feita pelo filólogo protestante alemão Simon Grynaeus (1493-1541) – antigo professor de grego em Heidelberg (1524-1529) e, posteriormente, de grego (1529) e teologia (1536) em Basileia –, amigo e corresponden-

te de Erasmo, Lutero e Calvino (cf. FRIEIRO, 1981, p. 13, 20, 24, 30, 35, 55)²².

Gilberto Freyre (1948, p. 64) menciona o fato de que foram encontrados em 1829, ou seja, após a abertura dos portos brasileiros, “os *Sermons de Blair*”, que eram lidos pelos padres e seminaristas brasileiros, bem como pregados nos púlpitos católicos²³. Hugh Blair (1718-1800) que fora um ministro escocês da Igreja Anglicana e professor de Retórica publicou 5 volumes de sermões, editados no período de 1777-1801, os quais foram traduzidos para vários idiomas.

Uma curiosidade: Henry Koster (1978, p. 188), um viajante português, filho de ingleses, que chegou ao Brasil (Pernambuco) em 7 de dezembro de 1809, descreve as dificuldades que teve para poder desembarcar os seus livros, o que de fato não conseguiu, dando-se por satisfeito por não perdê-los:

Estive arriscado a perder certo número de livros que trouxera comigo. A caixa que os continha fora para a Alfândega, onde os retiraram e pediram que traduzisse os títulos, o que fiz. Embora livros de história, percebi que o oficial que os examinava, estavam [sic] pouco inclinados a devolvermos, e um amigo informou que os devia julgar perdidos. Enviei, imediatamente, uma petição ao Governador, solicitando permissão para mandá-los a bordo, o que me foi concedido, e desta maneira os recuperei. Com um maior retardamento, estou certo de que jamais os tornaria a ver. São tantas as dificuldades que se experimenta [sic] com livros nos portos do Brasil que percorri que o único recurso para tê-los é o contrabando. Espero, todavia que o ilustrado Ministro que está à frente dos negócios no Rio de Janeiro [Rodrigo de Souza Coutinho], ponha fim a essa terrível barreira à instrução²⁴.

²² Ver também Ribeiro (1973, p. 16), Villaça (1975, p. 28 et seq.), Freyre (1948, p. 63 et seq.), Rizzini (1957, p. 110) Calvino (1997, dedicatória).

²³ Aliás, no inventário do padre Feijó, constava a coleção completa do sermões de Blair (ver SOUSA, 1988, p. 330).

²⁴ Compare esse testemunho com a afirmação de Frieiro (1981, p. 19, 31). Ver a Lei portuguesa de 16 de dezembro de 1794 e a sua ratificação, ampliação e aplicação no Brasil. Hipólito José da Costa (2001) transcreve a referida lei e tece comentários a respeito. Acredito ser este o mesmo Henry Koster que, em 1816, escreveu à Sociedade Bíblica Britânica solicitando bíblias para serem distribuídas no Brasil, no que foi atendido, sendo doados 25 “Testamentos portugueses”. Quanto à solicitação e atendimento de “um certo Henry Koster”, ver Reily (1984, p. 58).

A bem da verdade, devemos ressaltar que essa vigilância quanto à entrada de livros “heréticos” não era apenas no Brasil nem novidade nos países dominados pelo catolicismo. Em 13 de julho de 1559, é enviada uma “Real Carta” aos arcebispos de Santo Domingo, México e Lima, “advertindo contra a entrada de hereges, luteranos e judeus nas Índias”. Nesse documento, lemos:

[...] vos informeis se passaram ou passam por aí, nessas dioceses, alguns livros luteranos ou dos proibidos e, se achardes algum, os tomeis e recolhai e os envieis a estes nossos Reinos, ao nosso Conselho da Santa e geral Inquisição e procedereis contra aqueles em cujo poder os achardes conforme o direito; e para melhor poder averiguar se passam a essas partes os ditos hereges ou livros proibidos, todas as vezes que forem navios destes Reinos fareis com que se façam diligências para saber se neles vai algo disso, o que fareis com toda diligência e cuidado possíveis, que esperamos de vós, pois sabeis como é importante que assim se faça (SUESS, 1992, p. 751-752).

Em Portugal, a prática era semelhante desde 1536 – quando o Santo Ofício foi ali instalado –, havendo ainda vestígios desse boicote cultural preventivo em 1738 (BOXER, 1973, p. 26).

No entanto, no Brasil, ao que parece, mesmo havendo sanções legais, o problema parece-nos era outro: o desinteresse quase generalizado por uma leitura mais substancial (KIDDER, 1943, p. 86); por isso, a fim de desocuparem as prateleiras, alguns livreiros se valiam de leilões públicos²⁵.

No próximo artigo, analisarei as tentativas frustradas de se imprimirem livros no Brasil até 1808, o surgimento dos primeiros jornais brasileiros e a distribuição de bíblias em nosso território.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, J. *Lutero e o nacimiento del Protestantismo*. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1987.

²⁵ Compare as informações de Hallewell (1985, p. 26) com as de Kidder (1943, v. 2, p. 87).

BACON, F. *Novum organum*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, v. XIII).

BAINTON, R. H. *Martin Lutero*. 3. ed. México: Ediciones Cupsa, 1989.

BIÉLER, A. *O pensamento econômico e social de Calvino*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1990.

_____. *A força oculta dos protestantes*. São Paulo: Cultura Cristã, 1999.

BOXER, C. R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional; Eduso, 1973.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 2 v.

BRIGGS, A.; BURKE, P. *Uma história social da mídia – de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BROWN, C. *Filosofia e fé cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1983.

BRUCKBERGER, R. L. *A República americana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.

BURKE, P. Os usos da alfabetização no início da Itália moderna: In: BURKE, P.; PORTER, R. (Org.). *História social da linguagem*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

CAIRNS, E. E. *O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1984.

CALVINO, J. *As institutas da religião cristã*. Campinas: Luz para o Caminho; São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985. v.1, p. 45.

_____. *Exposição de Romanos*. São Paulo: Paracletos, 1997.

CHAUNU, P. *O tempo das Reformas (1250-1550): história religiosa e sistema de civilização: II A Reforma Protestante*. Lisboa: Edições 70, 1993.

COSTA, H. J. da. *Correio Braziliense, ou, Armazém Literário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2001. v. III. Edição fac-similar.

COSTA, H. M. P. da. *Raízes da teologia contemporânea*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

DELUMEAU, J. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. 2 v.

_____. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989.

DESLANDES, V. *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1988.

DOWEY JR., E. A. Documentos confessionais como hermenêutica: In: MCKIM, D. K. (Ed.). *Grandes temas da teologia reformada*. São Paulo: Pendão Real, 1999.

DUBY, G. *Ano 1000, ano 2000, na pista de nossos medos*. São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial do Estado, 1999.

ESCOLAR, H. *Historia del libro*. 2. ed. corregida y ampliada. Salamanca: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, Pirámide, 1988.

FEBVRE, L. *Martín Lutero: un destino*. 7. reimpr. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

FEBVRE, L.; MARTIN, H.-J. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Hucitec, 1992.

FREYRE, G. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1948.

FRIEIRO, E. *O diabo na livraria do cônego; Como era Gonzaga?; e Outros temas mineiros*. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1981.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1985.

HILL, C. *Origens intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HOORNAERT, E. *Formação do catolicismo brasileiro: 1550-1800*. Petrópolis: Vozes, 1974.

HOORNAERT, E. et. al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. São Paulo: Paulinas;

Petrópolis: Vozes, 1983. (História Geral da Igreja na América Latina, II/1).

JUST, G. *Deus despertou Lutero*. Porto Alegre: Concórdia, 1983.

KIDDER, D. P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1943. 2 v.

KOSTER, H. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura, 1978. (Coleção Pernambucana, v. XVII).

KRISTELLER, P. *Tradição clássica e pensamento do Renascimento*. Lisboa: Edições 70, 1995.

KUHN, T. *A revolução copernicana*. Lisboa: Edições 70, 2002.

LACOUTURE, J. *Os jesuítas*. Porto Alegre: L&PM, 1994.

LADURIE, E. L. R. *O mendigo e o professor: a saga da família Platter no século XVI*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. v. 1.

LAFAYE, J. *Albores de la imprenta. El libro en España y Portugal y sus posesiones de ultramar (siglos XV-XVI)*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002. Primeira reimpressão, 2004.

LEÃO, A. da C. et al. *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960. v. 31.

LE GOFF, J. Trabalho. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. (Coord.). *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: Editora da Universidade Sagrado Coração; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 2.

LELLO, J.; LELLO, E. (Ed.). *Lello Universal*. Porto: Lello & Irmão Editores, [s. d.]. 2 v.

LINDSAY, T. M. *La Reforma en su contexto histórico*. Barcelona: Clie, 1985.

LOPES, A. N. *A Bíblia e seus intérpretes*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

MAN, J. *A revolução de Gutenberg: a história de um gênio e de uma invenção que mudaram o mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MAQUIAVEL, N. Carta de Maquiavel a Francesco Vettori. In: _____. *O príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, v. IX).

MCGRATH, A. E. *Fundamentos do diálogo entre ciência e religião*. São Paulo: Loyola, 2005.

MCMURTRIE, D. C. *O livro: impressão e fabrico*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

MULLETT, M. *A Contra-Reforma e a Reforma Católica nos princípios da Idade Moderna europeia*. Lisboa: Gradiva, 1985.

NEW, J. F. H. *Renaissance and Reformation: a short history*. New York: John Willey & Sons, 1969.

NUNES, R. A. da C. *História da educação no Renascimento*. São Paulo: EPU; Edusp, 1980.

PIRENNE, H. *História econômica e social da Idade Média*. 6. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

POPKIN, R. H. *História do ceticismo de Erasmo a Spinoza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

REID, W. S. A propagação do calvinismo no século XVI. In: REID, W. S. (Ed.). *Calvino e sua influência no mundo ocidental*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1990.

REILY, D. A. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Aste, 1984.

RIBEIRO, B. *Protestantismo no Brasil monárquico, 1822-1888*. São Paulo: Pioneira; Fundação Educacional Presbiteriana, 1973.

RIZZINI, C. *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

ROCHA POMBO, J. F. da. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Benjamin Aguilã, [s. d.]. 10 v.

ROSSI, P. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru: Edusc, 2001.

SARAIVA, A. J. *História da cultura em Portugal*. Lisboa: Jornal do Fôro, 1950. 2 v.

SCHAEFFER, F. A. *La fe de los humanistas*. 2. ed. Madrid: Felire, 1982.

SCHALKWIJK, F. L. *Igreja e Estado no Brasil holandês 1630-1654*. Recife: Fundarte, 1986. (Coleção Pernambucana – 2ª fase, v. 25).

SICHEL, E. *O Renascimento*. 3. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Zahar, 1977.

SOUSA, O. T. de. *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

SUESS, P. (Coord.). *A conquista espiritual da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1992.

USHER, A. P. *História das invenções mecânicas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1973. 2 v.

VERGER, J. *Homens e saber na Idade Média*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

_____. Universidade. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. (Coord.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru: Editora da Universidade Sagrado Coração; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 2.

VILLAÇA, A. C. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

WENDEL, F. *Calvin*. New York: Harper & Row, Publishers, 1963.